

PÓS-GRADUAÇÃO EM
LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADMINISTRATIVOS

Curso Presencial



MUITO MAIS QUE UMA **PÓS-GRADUAÇÃO**

Você conectado com os melhores juristas do Brasil.



Mais de 15 anos de dedicação exclusiva ao ensino jurídico, sendo o maior núcleo de Pós-graduação em Direito da Bahia.



Conceito institucional 5: nota máxima na avaliação do MEC. Estrutura e serviço de excelência aliados a um projeto acadêmico inovador e de alta qualidade.



Selo OAB Recomenda: a Baiana é a faculdade privada de Direito do Norte-Nordeste que mais aprova no Exame da Ordem, além de figurar entre as 6 faculdades privadas que mais aprovam no Brasil.

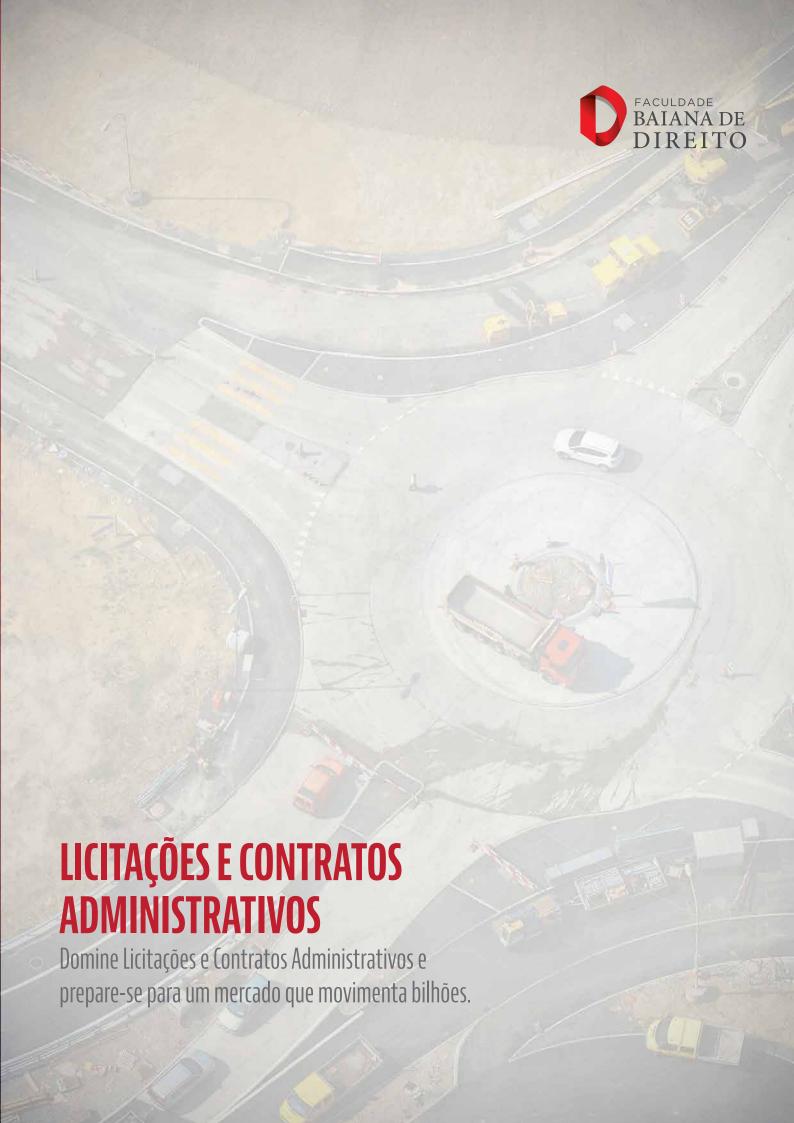


Aulas ministradas pelos melhores Juristas do Brasil: nosso corpo docente é composto por nomes como Fredie Didier Jr., Nestor Távora, Dirley da Cunha Jr. e outros operadores do Direito que dominam tanto a teoria como a prática jurídica.



Conteúdo atualizado de verdade: levamos a sério a atualização do conteúdo ministrado em sala de aula e realizamos updates semestrais. Na Baiana, você não corre o risco de ter acesso a informações desatualizadas.

Destaque o seu currículo com a **Faculdade Baiana de Direito**, uma instituição essencialmente jurídica com mais de 15 anos de história.



Pós-Graduação em

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



A Pós-Graduação em Licitações Públicas e Contratos Administrativos, da **Faculdade Baiana de Direito**, coordenada pelo professor **Ronny Charles L. de Torres** é um curso completo, no qual os alunos terão acesso ao estudo aprofundado dos principais temas sobre licitações e contratações públicas, com alguns dos maiores nomes do Brasil. Serão abordados os principais temas e assuntos relacionados, com enfoque tanto teórico como prático, bem como provocadas as discussões pertinentes sobre a atual normatização e jurisprudência pátria. Tudo isso permitirá ao nosso aluno adquirir o conhecimento necessário para destacar-se em sua atuação nesta área, como agente público ou como agente privado.



LOCAL E HORÁRIO DE MATRÍCULA

As matrículas serão realizadas preferencialmente no site da instituição ou na sede do Stiep (Rua Doutor José Peroba, 123, Stiep, CEP.: 41770-235. Salvador - Ba) de segunda a sexta-feira das 08h às 18h.

HORÁRIO DAS AULAS

As aulas ocorrerão a cada 15 dias sendo sexta-feira no período da noite (18h às 22h15) e sábado no período da manhã (08h30 às 12h45) e tarde (14h às 18h15). Havendo necessidade, os encontros terão intervalo inferior e/ ou superior a 15 dias.

- Eventualmente poderão ocorrer aulas em dias e horários distintos.
- Estão previstas em cada curso aulas de Metodologia da Pesquisa, a serem realizadas em dias diversos aos das aulas de conteúdo jurídico.

LOCAL DAS AULAS

As aulas serão realizadas na sede do Stiep (Rua Doutor José Peroba, 123, Stiep. CEP: 41770-235. Salvador – Ba.) e/ou em outro local indicado pela instituição. Em casos excepcionais, algumas aulas poderão ocorrer na modalidade live learning (remota ao vivo) desde que previamente informado aos estudantes.

DURAÇÃO E CARGA HORÁRIA DO CURSO

O curso terá duração de 12 meses de aula + 6 (seis) meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso) e carga horária de 376 horas, distribuída em aulas presenciais e atividades online.

PÚBLICO-ALVO

Esse curso de pós-graduação destina-se aos profissionais das diversas áreas do conhecimento com diploma de Ensino Superior. O foco especial, no entanto, é para advogados, bacharéis em Direito e servidores públicos que possuem o objetivo de expandir seus conhecimentos sobre esse ramo específico da área ou alavancar sua carreira.

Pós-Graduação em

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



METODOLOGIA

A Pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos é planejada para duração de 12 meses de aula + 6 meses para elaboração do TCC (trabalho de conclusão de curso). É um curso modular, no qual cada módulo possui um conteúdo independente, composto por aulas presenciais e atividades online.

O curso possui quatro módulos (2 módulos de formação profissional, 1 módulo de disciplinas eletivas e 1 módulo TCC):

Os módulos de formação profissional são divididos em disciplinas e, nesse cenário, o professor possui à sua disposição uma carga horária para construir conhecimento com os alunos, tornando o ensino mais plural e assertivo. Ao final de cada disciplina, como forma de conclusão do conteúdo produzido, é aplicada uma avaliação em consonância com a Resolução CNE/CES N° 01, de 06 de Abril de 2018.

As aulas são prioritariamente presenciais e trazem discussões de questões atuais e polêmicas, sempre com a análise da doutrina, jurisprudência e os informativos mais relevantes dos Tribunais Superiores. Para cada disciplina são escolhidos especialistas que promovem o debate entre os alunos, portanto, os docentes são orientados a utilizar as metodologias com foco no aluno, utilizando diversas ferramentas para que o conhecimento seja desenvolvido a partir da resolução de problemas e discussão de casos, promovendo discussões relevantes e a troca de experiências entre os alunos. Ou seja, os nossos estudantes são incentivados a construir o conhecimento fora dos limites da sala de aula, por meio do estímulo à leitura prévia dos materiais indicados, pesquisa por novas fontes, realização de atividades extraclasse e no ambiente virtual de aprendizagem (AVA), de forma a criar no discente um senso de responsabilidade, pertencimento, identidade, autonomia e pensamento crítico para uma tomada de decisão mais assertiva.

O Módulo de Disciplinas Eletivas apresenta um conteúdo multidisciplinar ao estudante, possibilitando a experimentação de conteúdos nos mais diversos cursos de Pós-Graduação da Instituição, capacitando-o para expandir habilidades e conceitos de diferentes áreas. Não é um módulo complementar ao conteúdo dos módulos de formação profissional, mas de formação em outras especialidades, através da possibilidade de ter acesso a conteúdo das mais diversas áreas do Direito e de Gestão, em modalidades: síncronas (presencial); live learning (aulas transmitidas ao vivo pelo portal Ágata) ou assíncronas (gravadas). Um dos pilares desse módulo é ampliar a formação profissional, permitindo que a partir da oferta das disciplinas indicadas o aluno possa personalizar o seu Módulo de Disciplinas Eletivas de acordo com as necessidades profissionais e preferências acadêmicas. O Módulo oferece uma oportunidade para expansão do conhecimento, é autoinstrucional e ocorre simultaneamente aos módulos de formação profissional. Não tem avaliação: para aprovação é necessário atingir a frequência/progresso mínimos (75%).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é obrigatório e o estudante terá 6 meses, a partir do final das aulas do módulo de formação profissional, para realização. É possível escolher entre Monografia, Artigo ou outra modalidade, conforme indicação do coordenador acadêmico do curso. Contará, também, com aulas de metodologia, nas quais será orientado para definição dos temas do TCC e normas para apresentação dos trabalhos e um núcleo de atendimento ao discente que auxiliará no desenvolvimento da pesquisa. A defesa oral do TCC é facultativa.

Para acompanhamento do curso, o estudante terá acesso ao conteúdo das aulas presenciais por meio do ambiente de aprendizagem, onde estarão disponíveis os roteiros de aula, bibliografia, textos, jurisprudências e notícias importantes.

Pós-Graduação em

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



AVALIAÇÕES

A verificação do rendimento escolar será feita mediante:

- I Frequência;
- II Avaliação das disciplinas;
- III TCC (Trabalho de Conclusão de Curso).

De acordo com a legislação educacional vigente, é obrigatória a frequência de, no mínimo, 75% da carga horária do curso, gerando a reprovação automática em caso de descumprimento.

O módulo de formação profissional terá a sua aprovação mediante frequência mínima de 75% da carga horária e média maior-igual a 6,0 nas avaliações. Os módulos de formação profissional serão divididos por disciplinas e cada uma delas terá uma avaliação. A avaliação será proposta pelo docente e/ou coordenador do Curso e deve ser apresentada, no prazo estabelecido, no ambiente virtual de aprendizagem ou ser realizada presencialmente. Cada avaliação valerá 10,0 (dez) pontos.

O módulo de disciplinas eletivas é multidisciplinar e autoinstrucional e terá a sua aprovação mediante frequência mínima de 75% da carga horária do módulo.

O Módulo TCC tem duração de seis meses e sua aprovação ocorrerá com média maior-igual a 7,0.

Para ser aprovado no Curso da Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos, o aluno precisará ter frequência regular mínima de 75% da carga horária em todos os módulos, média 6,0 (seis) em cada módulo de formação profissional e média 7,0 (sete) no TCC.



MATRÍCULA

Para se matricular, o candidato pode:

I - Preferencialmente, realizar matrícula online através do site da instituição.

- a) Na matrícula online o candidato fará o seu cadastro no site da instituição e será remetido à página de pagamento do curso escolhido.
- b) Após a confirmação de pagamento, o candidato receberá em seu e-mail login e senha do ambiente virtual da instituição para fazer upload imediato dos documentos indicados no inciso II.
- c) Após o upload dos documentos, o candidato receberá em seu e-mail cadastrado o contrato de prestação de serviços educacionais que deverá ser assinado digitalmente no prazo de até 5 dias a contar do seu recebimento.
- d) Os documentos disponibilizados no ambiente virtual da instituição devem ser apresentados em seus originais ao Núcleo de Pós-Graduação, ou enviados pelos correios para o endereço: R. Dr. José Peroba, 123 Costa Azul, CEP: 41770-235 Salvador/BA, aos cuidados da Secretaria de Pós-graduação até 30 dias após o início das aulas do curso para o qual se matriculou.
- e) Caso o candidato não consiga fazer o upload dos documentos no ambiente virtual da instituição, deverá apresentá-los ao Núcleo de Pós-Graduação no prazo de até 10 dias corridos após a confirmação do pagamento. Não sendo possível o comparecimento no prazo supramencionado, o candidato terá o prazo máximo de 48 horas para agendar nova data de entrega dos documentos, através do e-mail posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br.
- f) O candidato que não entregar a documentação e/ou não apresentar a original, terá sua matrícula online cancelada, não havendo reembolso do valor pago a título de primeira parcela.
- g) Nesta modalidade, a matrícula do candidato só estará efetivada após a confirmação de pagamento, assinatura digital do contrato de prestação de serviços educacionais e entrega dos documentos com apresentação dos originais.
- II Excepcionalmente, comparecer ao Núcleo de Pós-Graduação, preencher a ficha de matrícula, assinar o contrato de prestação de serviços educacionais e apresentar os seguintes documentos:
 - a) Original ou cópia autenticada do Diploma de Graduação ou Declaração de Conclusão de Curso de graduação, expedida pela Instituição de Ensino de origem;
 - b) Original ou cópia autenticada do Histórico da Graduação;
 - c) Original ou cópia autenticada da Cédula de Identidade;
 - d) Original ou cópia autenticada no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
 - e) Original ou cópia autenticada do Comprovante de residência;
 - f) Documentação específica exigida no caso de alunos estrangeiros.



Ronny Charles



Advogado da União. Doutorando em Direito do Estado (UFPE). Mestre em Direito Econômico (UFPB). Pós-graduado em Direito tributário (IDP). Pós-graduado em Ciências Jurídicas (UNP). Membro da Câmara de licitações e contratos administrativos da Consultoria Geral da União. Autor de diversos livros jurídicos, entre eles: Leis de licitações públicas comentadas (12ª Edição. Ed. JusPodivm).

ANDREA FERNANDES PROFESSORA TUTORA



Graduada em Direito, Pós Graduada em Direito do Trabalho (UFBA) e em Licitação e Contratos Administrativos (Faculdade Baiana de Direito). Foi pregoeira (SESAB) e assessora (CREFITO-7). Advoga em Licitações, assistente de licitações (SESC-BA), professoratutora (Pós Licitações e Contratos Adm. da Faculdade Baiana de Direito) e membro da Comissão Especial de Licitações e Contratos da OAB/BA.

CORPO DOCENTE

Alessandro Prazeres (BA) Ana Carolina Mascarenhas (BA) Anderson Pedra (ES) Andréa Fernandes (BA) Angélica Guimarães (BA) Antônio França (BA) Christianne Stroppa (SP) Cláudio Cairo (BA) Fernanda Schramm (SC) Hamilton Bonatto (PR) Icaro Bitar (BA) Kaline Ferreira (BA) Marcus Alcântara (SE) Marla Oliveira (BA) Murilo Jacoby (DF) Paulo Germano (BA) Paulo Alves (DF) Rafael Oliveira (DF) Renee do Ó Souza (DF) Ronny Charles (PB)

*Corpo docente sujeito a alteração de acordo com a disponibilidade dos professores e conveniência da instituição.



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÓDULO - LICITAÇÕES PÚBLICAS

FUNDAMENTOS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

• FUNDAMENTOS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS

Análise histórica. Fundamentos constitucionais. Abordagem inicial sobre o novo regime licitatório e contratual da Lei nº 14.133/2021. Principais inovações. Atuação dos agentes públicos na Nova Lei de Licitações.

· GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

O conceito de Governança. Governança nas contratações públicas. Gestão de riscos nas compras. Gestão de riscos nas compras e contratações públicas. Plano Anual de Compras. Gestão por competências. O regime jurídico da Lei nº 14.133/2021 e a responsabilidade da cúpula da Administração.

PLANEJAMENTO DA LICITAÇÃO

Estudo técnico preliminar. Mapa de riscos. Termo de referência. Estimativa de custos. Elementos necessários. Aspecto funcional.

MODALIDADES LICITATÓRIAS

Concorrência. Pregão. Leilão. Concurso. Diálogo competitivo. Principais regramentos. Aplicação prática.

• ANÁLISE DE EDITAL, RECURSO ADMINISTRATIVO E MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DA LICITAÇÃO

Problemas envolvendo habilitação. Problemas envolvendo propostas. Identificação dos instrumentos de atuação direta dos particulares nas licitações. Impugnações. Recursos. Representações. Ações judiciais. Estratégias para os licitantes.

LICITAÇÕES ESPECÍFICAS I

LICITAÇÕES PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Definição e enquadramento de ME e EPP; Desenquadramento de EPP e participação irregular; Qualificação econômico-financeira das ME e EPP; Regularidade fiscal e trabalhista postergada. Empate ficto. Licitações exclusivas para ME/EPP. Subcontratação obrigatória. Cota reservada. Margem de preferência, dispensa de licitação. Condicionantes.

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Normatização. Serviços com x serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra. Facilities. Responsabilidade trabalhista. Especificidades da contratação.

· LICITAÇÕES INTERNACIONAIS

Conceito. Hipóteses de utilização. Diferença de procedimento com as regras brasileiras e organismos internacionais. Publicação. Participação de empresas estrangeiras isoladamente ou em consórcios.

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Evolução da proteção ambiental. Princípios da proteção ambiental. Regime jurídico das licitações sustentáveis. Base Normativa. Boas práticas em compras sustentáveis.

EXCEÇÕES À OBRIGATORIEDADE DE LICITAR

CONTRATAÇÕES DIRETAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Exceções à obrigatoriedade de licitar. Não observância das regras licitatórias. Contratações diretas. Principais hipóteses de dispensa. Inexigibilidade. Elementos de instrução. Questões polêmicas.



MÓDULO - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLAÇÃO ESPECIAL

CONTRATAÇÃO PÚBLICA, CONFLITOS E CONSENSUALISMO

O REGIME JURÍDICO DO CONTRATO ADMNISTRATIVO

Regime jurídico dos contratos administrativos. Alterações contratuais. Vigência. Manutenção do equilíbrio econômico: Reajuste. Repactuação. Reequilíbrio econômico. Nuances de aplicação. Questões polêmicas.

· A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Resolução de conflitos nas contratações públicas. Autocomposição. Mediação. Arbitragem. Dispute board. Câmaras de Resolução de conflitos.

LICITAÇÕES ESPECÍFICAS II

• OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Estudos preliminares. Projeto básico. BIM. Regimes de execução. Contratação Integrada. Contratação semi-integrada. Matriz de riscos. Peculiaridades.

LICITAÇÕES PARA ESTATAIS

Aspectos de aplicação da nova lei das estatais. Subjetivo. Temporal. Normativo. Da não observância das regras licitatórias. Ferramentas específicas do regime da nova lei das estatais. Regime da Lei nº 13.303/2016. Do regulamento interno de licitações e contratos.

PARCERIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

• CONCESSÕES, CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Concessões comuns. Concessões especiais. PPP's. Relicitação. Pontos fundamentais.

CONVÊNIOS, PARCERIAS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES

Convênios com entes públicos. Contratos de gestão. Termos de parceria. Lei nº 13.019/2014. Termo de colaboração. Termo de fomento. Acordo de cooperação.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONTROLE DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Fundamentos. Sanções na legislação licitatória. Espécies. Efeitos. Competência. Ilícitos aplicáveis. Processo sancionatório. Desconsideração da personalidade jurídica.

COMPLIANCE, GESTÃO DE RISCOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

A corrupção nas contratações públicas. A Lei anticorrupção. Normatização de enfrentamento à corrupção. Compliance. Gestão de riscos.

• O CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Contratação pública e os órgãos de controle. Controle Interno. Controle Externo. Competências. Limites. Processamento nesses órgãos.



INSTRUMENTOS AUXILIARES DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PROCEDIMENTOS AUXILIARES

Sistema de Registro de Preços. Ata de Registro de Preço x Contratos. Pré-qualificação. PMI. Catálogo de padronização. Registro cadastral. Credenciamento na nova Lei de licitações. Potencialidades e limites dos procedimentos auxiliares.



CALENDÁRIO

O calendário oficial do curso será disponibilizado para os alunos matriculados. Se necessário, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da Faculdade Baiana de Direito poderá alterar o calendário original do curso.



INVESTIMENTO

Todos os valores podem ser consultados em nosso site.



MAIS INFORMAÇÕES

PósBajana

Telefone: 71 3205-7711/7715

(५) 71 9 9380-422

E-mail: posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br



MATRICULE-SE! A PÓS-GRADUAÇÃO DA BAIANA É PERFEITA PARA QUEM PENSA DIREITO

71 3205-7711/7715

? 71 9 9380-4228

posgraduacaofbd@faculdadebaianadedireito.com.br

www.posbaiana.com.br

